

A CIDADE ROMANA E A SUA POPULAÇÃO. PROBLEMÁTICAS DE ANÁLISE

Manuela Martins

Universidade do Minho; CITCEM
mmartins@uaum.uminho.pt

Ricardo Mar

Universitat Rovira i Virgili, Tarragona
ricardo.marmedina@gmail.com

Resumo

Nesta comunicação procede-se a uma reflexão crítica relativa às problemáticas, fontes e metodologias usadas na abordagem da população das cidades romanas, tendo por base a valorização dos diferentes paradigmas que se sucederam desde o século XIX no âmbito do estudo da população do mundo antigo. Sintetizam-se os principais contributos relativos ao cálculo da dimensão das cidades e das densidades de habitantes por hectare, ou habitação e analisam-se alguns dados disponíveis relativos à estrutura, composição e dinâmica da população de diferentes regiões do Império. Tendo em conta a renovação de conceitos e modelos registada nos estudos demográficos do mundo antigo, nos últimos 30 anos, avalia-se o contributo e limitações das diferentes categorias de dados e dos modelos usados para estimar indicadores demográficos no contexto da cidade clássica. Finalmente, procede-se a uma avaliação das potencialidades dos estudos arqueológicos, tanto no âmbito da arqueologia urbana, como da arqueologia do povoamento, para quantificar a população das cidades e dos seus territórios, tendo em vista superar a escassez e limitações das fontes escritas e epigráficas e contribuir para uma avaliação comparada dos índices de urbanização das distintas regiões do Império.

1. Cidade e população: um debate necessário

A importância do fenómeno urbano na sociedade romana justifica a longa tradição de estudos que se desenvolveu em torno da cidade como objeto de análise. Entroncando num interesse intelectual erudito que se desenvolveu na Europa desde a Renascença, sobretudo associado à História da Arte, a investigação das cidades romanas e das suas expressões materiais floresceu no âmbito da historiografia europeia que se afirma desde a época vitoriana. A maior disponibilidade de fontes históricas e epigráficas e, mais recentemente arqueológicas, sobretudo associadas ao desenvolvimento da arqueologia urbana nas últimas décadas, permitiram uma verdadeira revolução no conhecimento da cidade antiga, como contexto físico e espaço construído, mas, também, como âmbito de análise da economia e da sociedade romanas.

No entanto, só muito recentemente os estudos relativos à cidade e ao urbanismo entraram no debate da história económica e social, pois as cidades foram tradicionalmente valorizadas pelos seus edifícios e arquiteturas de prestígio, enquanto elementos identificadores da maior ou menor romanização dos diferentes territórios integrados no Império. Por outro lado, no âmbito da história económica e social do mundo antigo o debate polarizou-se durante décadas em torno do carácter “primitivo” ou “modernista” da sociedade romana e na discussão do conceito de “cidade consumista”, proposto para a cidade romana, que se opunha à “produtiva” cidade medieval. Ao contrário desta última, a cidade romana

poderia ser definida sobretudo pelo seu papel político e como centro de recolha de impostos, investidos sobretudo em construções sumptuosas. As discussões em torno do modelo de M. Finley revelaram-se genericamente bastante estéreis (Wittaker 1993; Parkins [1997]; Erdkamp 2001; Scheidel 2007; Morley 2008), não tendo gerado novas questões de investigação, que viriam a ser suscitadas no âmbito da renovação teórica e metodológica da história económica e social romana (Garnsey and Saller 1987; Scheidel, Morris and Saller [eds.] 2007; Bowman and Wilson 2009; 2011).

Embora o urbanismo e a população tenham sido tradicionalmente investigados em separado e de forma monográfica, pretende-se hoje articular os dois temas reconhecendo-se que ambos são fundamentais para a compreensão do nível de “desempenho” económico da sociedade romana, que foi capaz de suportar uma elevada taxa de população urbana, não envolvida na agricultura, cuja qualidade de vida parece claramente superior à que caracterizou as sociedades posteriores, anteriormente ao desenvolvimento do capitalismo (Scheidel 2004b: 743-757; 2008: 17-70; Lo Cascio 2009: 87-106; Jongman 2009; Bowman and Wilson 2009; Morley 2011.).

2. A população romana entre evidências e paradigmas

O interesse pelo tema da população do mundo antigo, assinalado pela primeira vez no século XVIII, encontra expressão académica na obra de Karl Julius Beloch Beloch (1886=1909), que sublinhou a importância da população nos estudos da sociedade e economia romanas, enunciando um conjunto de técnicas para análise dos quantitativos populacionais. De facto, é ele que estabelece o primeiro paradigma que irá nortear a investigação da população até aos anos 60 do século XX, muito embora continue, ainda hoje, a ter expressão no estudo e debate relativo à demografia do mundo antigo.

Na senda de Beloch, os estudos da população romana basearam-se na utilização de um variado número de evidências disponíveis para quantificar e caracterizar a população do Império romano e também das suas cidades. Em particular, cabe destacar a avaliação numérica dos beneficiários das distribuições de alimentos (*annona, frumentationes, caro porcina*) e nalgumas fontes censitárias (Wiseman 1969: 59-75), disponíveis apenas para Itália (Lo Cascio 1994: 23-40; Morley 1996; Noy 2000; Scheidel 2008) e para o Egito romano (Bagnall e Frier 1994), que permitiram estabelecer cálculos relativos à população das duas províncias. A raridade de fontes textuais para outras regiões do Império acabaria por conduzir ao desenvolvimento de metodologias de cálculo da população das cidades, baseadas na avaliação das suas áreas construídas (Millet 1990; Carreras Monfort 1995-6), das suas necrópoles (Palol 1966: 217-224), mas também nas estimativas da capacidade

dos edifícios de espetáculo, ou no cálculo dos caudais de água dos aquedutos (Grant 1971; Lloyd e Lewis 1976; Duncan-Jones 1977-8). Por sua vez, as inscrições funerárias permitiram realizar estimativas numéricas relativas à expectativa de vida e à repartição sexual da população (Garcia Merino 1975).

Esta linha de investigação prefigura uma tendência de tradição positivista, que, embora reconhecendo a impossibilidade de tratamento estatístico das evidências documentais ou arqueológicas disponíveis, assume a sua validade para a análise da demografia antiga. Trata-se, contudo, de abordagens centradas na discussão dos quantitativos populacionais provinciais ou urbanos, genericamente designada por *stock data*, ou contagens brutas da população, que passa ao lado das problemáticas relacionadas com a estrutura e dinâmicas evolutivas da população romana. A ausência de fontes suscetíveis de serem tratadas segundo os modelos de análise demográfica, aplicados às populações da Europa dos séculos XVI a XIX e as dificuldades metodológicas inerentes à produção de dados sobre a população romana, capazes de fornecer uma base comparativa com as evidências demográficas de períodos posteriores, conduziu a uma alteração de paradigma de investigação, que emergiu de forma tímida na década de 60 do século passado, tendo-se afirmado sobretudo a partir dos anos 80.¹ Graças à adoção das questões e técnicas da demografia histórica moderna os estudos sobre a população orientaram-se progressivamente para a compreensão do regime demográfico da sociedade romana (Brunt 1971, Frier 1999, Hopkins 1978, Saller e Shaw 1984).

Na perspetiva de Keith Hopkins (1966: 245-64; 1978), que anunciou uma nova etapa no estudo da demografia romana, todas as fontes disponíveis, desde as textuais, às epigráficas, ou arqueológicas, carecem de interesse para o estudo da população antiga, uma vez que possuem notáveis limitações metodológicas. Em contrapartida, sugere-se o uso das “tabelas de vida modelo” propostas por Coale-Demeny (1983),² estabelecidas para a sociedade moderna pré-industrial e a utilização de modelos preditivos. Esta perspetiva, que se pode considerar uniformista, rejeita por completo a possibilidade de se extrair informação estatística útil das fontes antigas, assumindo, em contrapartida, que os dados referentes às populações modernas podem e devem ser extrapolados para o mundo romano, sobretudo no que se refere à mortalidade, fertilidade, distribuição de idades, ou à

¹ Para uma análise detalhada da historiografia da demografia no âmbito da História Antiga veja-se W. Scheidel (2001a; 2007; 2008).

² As “tabelas de vida modelo” estabelecem um padrão ideal de mortalidade, ou sobrevivência por sexo e idade, tendo por base os dados empíricos de populações concretas. As mais utilizadas são as compiladas pelo *Office of Population Research*, da Universidade de Princeton, conhecidas como tabelas de Coale-Demeny (1983). Consideradas como representativas do comportamento de mortalidade de diferentes regiões da Europa, têm servido como base de comparação para caracterizar as populações do passado (Chamberlain 2006: 32-33).

esperança de vida (Hopkins 1966; Parkin 1992; Frier 2000). Na verdade, estamos perante os partidários de uma perspectiva bastante cética relativamente à utilidade das evidências textuais ou arqueológicas para se produzirem estudos quantitativos sobre a vida e a morte do mundo antigo.

Existe ainda uma terceira linha de investigação que continua a valorizar as fontes romanas disponíveis, usadas para estabelecer modelos preditivos e comparações entre os dados demográficos romanos com os das sociedades pré-industriais (Scheidel 2001a). Entre as evidências que podem ser utilizadas para o estudo da população do mundo antigo destacam-se as fontes textuais e epigráficas, mas também as fontes arqueológicas, que fornecem dados muito diferenciados, suscetíveis de se constituírem em indicadores diretos ou indiretos sobre a população e sociedade romanas. Entre as fontes textuais cabe destacar os recenseamentos e listas de impostos do Egito romano, a única evidência numérica relativa à estrutura da população, designadamente no que concerne à mortalidade e fertilidade, mas também ao casamento, ou às características dos agregados familiares (Bagnal and Freir 1994; Scheidel 2001b). Outras fontes textuais têm sido usadas para o cálculo da expectativa de vida, designadamente a chamada “Tabela de Ulpiano”, ou o “Album de Canusium” (Duncan Jones 1990), bem como os largos milhares de epitáfios das inscrições funerárias disponíveis para diferentes províncias e regiões.

Na verdade, a referência numérica de uma população, tal como a sua distribuição entre a cidade e o campo, constituem os melhores indicadores do desenvolvimento económico das sociedades pré-industriais, permitindo inferências da escala de divisão do trabalho, do peso dos setores secundário e terciário, bem como do investimento na inovação tecnológica. Estas são as verdadeiras questões que os historiadores querem ver resolvidas e que animam os debates, no seio dos quais a urbanização e demografia surgem como variáveis importantes (Bowman and Wilson 2009; 2011).

Mas se o debate é de indiscutível interesse, ele não deixa de refletir, no carácter circular das argumentações produzidas pelos diferentes autores, uma realidade incontornável que é a raridade de fontes capazes de sustentar análises quantitativas credíveis, quer para estimar a dimensão da população urbana, quer para estabelecer a sua estrutura e dinâmica.

No caso da dimensão usam-se algumas fontes censitárias disponíveis, mas sobretudo fontes epigráficas e arqueológicas. Já a avaliação da evolução numérica de uma qualquer população é bastante mais complexa, uma vez que depende de um complexo jogo de diferentes variáveis, como a mortalidade, fertilidade e a migração, difíceis de estabelecer para o mundo romano e ainda mais para o universo urbano. Também a análise da distribuição da população por idades e sexo depara com enormes dificuldades fora do Egito

romano, sendo necessário recorrer às fontes epigráficas, cuja utilização coloca numerosos problemas metodológicos. Por sua vez, a avaliação de taxas de mortalidade ou fertilidade enfrenta, uma vez mais, o problema da raridade, quando não ausência total de evidências, que permitam realizar estudos comparativos entre regiões e / ou cidades.

3. Fontes, métodos e alguns resultados

3.1. *Dimensão e densidade da população urbana*

As dificuldades inerentes ao exercício de calcular a população urbana resultam, desde logo, da natureza das evidências que podem sustentar cálculos numéricos, uma vez que as fontes textuais são escassas e, mesmo quando existem, como acontece com os recenseamentos disponíveis para a Itália e para o Egito romano, são difíceis de valorizar. Na ausência de evidências escritas quantificáveis recorre-se a estimativas resultantes, quer da utilização de variáveis como a dimensão das áreas urbanas e a densidade de habitantes por hectare, ou por habitação³, quer do cálculo do abastecimento das cidades em alimentos, designadamente em termos de vinho, azeite, ou cereais, quer do cálculo das áreas de necrópoles, ou do número de esqueletos, ou ainda da estimativa da capacidade de carga do território das cidades, em termos de recursos.

A avaliação da população urbana a partir do cálculo das áreas construídas, embora seja de longe o método mais utilizado, possui várias limitações inerentes ao estabelecimento da própria dimensão das cidades, sempre difícil de calcular. Na maior parte dos casos usam-se as áreas construídas, cercadas por muralhas (Février 1974), excluindo-se as áreas periurbanas, sempre pior conhecidas e difíceis de estimar, mas que sabemos oferecerem índices populacionais não desprezíveis⁴. Mas, mesmo quando se valoriza apenas as áreas intramuros, há que considerar que dentro delas existiam espaços dedicados aos edifícios públicos, nem sempre dimensionáveis e espaços não construídos, designadamente ajardinados, também eles difíceis de avaliar por falta de evidências. Acresce que esta forma de cálculo de população urbana implica o estabelecimento de uma importante variável que é a densidade populacional, estimada por hectare, ou por habitação, valor que está longe de obter consenso entre os investigadores. Refira-se, no entanto, que este tipo de estimativas possui uma longa tradição (Lot 1945; Lézine 1969; Brunt 1971; Hassan 1981;

³ Trata-se do método mais utilizado para estimar a população urbana, cuja aplicação se traduziu numa extensa bibliografia referente a estimativas com base nas áreas construídas das cidades e na densidade de habitantes por hectare (Hassan 1981: 63-77; Chandler 1987: 6-7; Carreras Monfort 1995-96), ou a partir do cálculo das áreas dos pisos das habitações (Narroll 1962; Wiessner 1974).

⁴ Saliente-te o estudo realizado por Witcher (2005: 120-138) para os subúrbios de Roma, o qual demonstrou uma elevada densidade populacional que espelha a alta demografia da própria cidade.

De Roche 1983; Bagnall and Frier 1994), baseando-se quer em paralelos etnográficos, quer nos dados dos censos históricos para as cidades da Europa medieval e moderna (Molls 1955; Russel 1958), ou ainda em resultados apurados para cidades cujas áreas e habitações são melhor conhecidas.

Muito mais complexo é cálculo do número de habitantes tendo por base a representatividade das sepulturas, ou das áreas das necrópoles escavadas, quando usadas para estimar o número de indivíduos de uma comunidade cívica urbana. A questão fundamental reside, quase sempre, na dificuldade de estabelecer o valor da amostragem e na frequente impossibilidade de fixar parâmetros cronológicos rigorosos para os dados em análise, circunstâncias que podem induzir estimativas eivadas de gritantes anacronismos. Depois, há que ter em conta que as populações são dinâmicas, crescendo e diminuindo ao longo do tempo, de acordo com fatores difíceis de precisar, nem sempre com uma expressão fácil de entender a partir do registo arqueológico e material. Contar cacos, ou mortos, mesmo que pertençam todos a um período limitado no tempo, jamais restitui o número dos vivos.

Também as estimativas baseadas no cálculo dos territórios e da capacidade de carga dos mesmos, tendo em vista calcular a população urbana, levantam problemas, pois se é difícil avaliar a área construída de uma cidade, mais difícil é avaliar a extensão da sua área rural dependente. Mas mesmo quando esta é passível de ser calculada têm que ser valorizados vários aspetos, quer relativos à dimensão dos espaços cultivados e ao tipo de cultivos, quer ao grau de eficiência da agricultura, para não falar de outras atividades produtivas importantes que teriam lugar nos territórios das cidades, como a pecuária e / ou a pastorícia. Trata-se, na verdade, de variáveis muito difíceis de estimar, ainda que constituam uma linha de investigação de inegável interesse, que se vem afirmando no cenário dos estudos da arqueologia do povoamento e da economia romanas.⁵

A sistematização de diferentes procedimentos para o cálculo da população urbana, tendo por base o registo arqueológico, demonstra que as evidências fornecidas pela arqueologia não permitem estimar de forma precisa a população urbana. Por outro lado, não existe uma única cidade romana para a qual se disponham de diferentes formas de cálculo da sua população. Na verdade, poucas são as cidades totalmente escavadas e intenso o debate relativo ao valor das estimativas de população urbana, decorram elas da valorização das áreas construídas, ou dos seus territórios potenciais. Por outro lado, é metodologicamente difícil extrapolar dados populacionais dos vestígios materiais que a arqueologia fornece, porque nunca representam a totalidade, sendo difícil de calcular a sua representatividade, indispensável para extrapolar valores numéricos de população.

⁵ Sublinhamos a este propósito o recente trabalho elaborado por S. Keay e G. Earl (2011) para as cidades da Bética.

O método mais usado para o estabelecimento da população de uma cidade baseia-se na fórmula P (população) = K (densidade por unidade) x A (área estimada de ocupação). Mesmo considerando que se desconhecem as áreas urbanas da grande maioria das cidades romanas, este é considerado um método de cálculo minimamente aceitável (Wilson 2011), muito embora seja também reconhecido que ele deve ser aplicado a diferentes períodos de ocupação urbana, de modo a que possa traduzir a dinâmica evolutiva da população.

A título de exemplo, e para evidenciar os problemas que se colocam à utilização deste método, vamos referir alguns cálculos realizados para diferentes cidades arqueologicamente bem conhecidas.

Pompeia representa o exemplo de uma cidade romana cuja área residencial é relativamente bem conhecida, estando estimada entre 64 e 67 hectares. No entanto, o cálculo da sua população ainda hoje constitui um problema. Um dos cálculos baseia-se na estimativa de uma média de 7 a 10 pessoas por habitação (1 pessoa por cada 35m²), a que corresponderia uma densidade populacional entre 166 e 175 habitantes / ha, valor que permite calcular a população global entre 11.000 e 11.500 habitantes (Wallace Hadrill 1994: 91-117; Storey 1997: 973-4).

Sabratha é outra cidade bem conhecida, com uma ampla área escavada e uma superfície residencial que ronda os 31,3 hectares. A identificação de 116 habitações, concentradas numa área de 2,54 hectares, com um valor médio de 100m², estimado para a superfície das casas, que dispõem de 5 ou 6 quartos, permitiu chegar a uma ponderação de 4 a 10 pessoas por agregado familiar, a que acresceriam 2 ou 3 escravos. Tendo-se considerado o valor mínimo de 4 pessoas por habitação e máximo de 10 (Storey 1997: 969-973) foi possível estimar densidades médias de 166 habitantes / ha, no caso de 4 pessoas e 414 / ha, no caso de 10 pessoas, o que permite obter valores para a população global assaz diferenciados, situados entre 5148 e 12.989 habitantes.

Timgad constitui um outro exemplo de cidade cuja área é bem conhecida na sua fase inicial, sendo estimada em 9.96 hectares, dentro da área fixada pela muralha. Um total de 109 quarteirões residenciais, a maior parte dos quais com 8 unidades habitacionais de cerca de 50m² de área, no rés-do-chão, normalmente com dois pisos, permite estimar superfícies familiares habitadas de cerca de 100m², com uma média de 4 a 5 pessoas por casa. Este valor médio do agregado familiar faculta o cálculo da sua população total no século II entre 2844 e 3.555 habitantes, com uma densidade média por hectare entre 286 e 357 indivíduos. No entanto, os cálculos complicam-se quando se procura valorizar a evolução da população da cidade. O crescimento extramuros, que acabará por desenhar uma cidade com cerca de 47,5 hectares, faz supor que a densidade média por hectare

deverá ter diminuído para valores próximos dos 166 / 290 habitantes no Baixo-Império, o que permite estimar uma população global entre 7900 e 13.800 habitantes.

Em Portugal o único ensaio de avaliação da população urbana que conhecemos para uma cidade romana foi realizado para Conimbriga, tendo a mesma sido estimada entre 10.000 / 15.000 habitantes, com base no cálculo do caudal do aqueduto e dos gastos médios de água por pessoa (Alarcão e Etiènne 1977: 60) e mais recentemente entre 5236 e 5801 (média 5575 +/- 25%) (Correia 2010: 247). Este último cálculo obedeceu a um tratamento sofisticado, baseado em estimativas da densidade de ocupação por tipos de habitação, analisados a partir de 75 unidades residenciais cuja área é conhecida. Para fazer a extrapolação destes dados para o cálculo da população total usou-se a extensão da área ocupada por construções domésticas (1,3948 ha), uma estimativa do número de habitantes na planta térrea dessas construções, os valores mínimos e máximos da área habitacional da cidade e um fator de correção deste último valor, relativo aos pisos superiores dos edifícios (+20%). O cálculo da densidade por hectare fornece valores verdadeiramente surpreendentes, da ordem dos 640,8 ou 572 habitantes, consoante se valorizar a área mínima e máxima estimada para a extensão da zona habitacional de Conimbriga.

Mas a avaliação da população urbana ganha mais sentido quando valorizada numa escala provincial, ou numa perspetiva de hierarquização das cidades, sendo de destacar, a este propósito, as diferenças entre o Egito e a Itália, duas das províncias melhor estudadas.

O Egito é a província romana que oferece, comparativamente a outras, o melhor conjunto de evidências disponíveis para o cálculo da população urbana, onde os dados dos recenseamentos podem ser confrontados com os dados obtidos pelas escavações de cidades. Também é no Egito que encontramos algumas das maiores cidades romanas, como Alexandria, que teria cerca de 920 / 970 hectares e cerca de 300.000 / 500.000 habitantes, registando aí uma densidade entre 326 de 543 habitantes / ha se considerarmos a área menor, a que se seguiriam *Memphis* e *Ptolomais*, com uma população a rondar os 125 / 150.000 habitantes. No caso de Memphis, cuja área seria de 675 hectares, pode estimar-se uma densidade média de 185 habitantes / ha, valor que se aproxima das estimativas para Pompeia ou Sabratha. Mais baixa, mas ainda assim significativa, seria a população de *Hermopolis*, na ordem dos 37.000 habitantes (Bagnall and Frier 1994), estimada com base em 7000 habitações dos finais do século III, com agregados familiares médios de 5,3 pessoas por casa, calculados com base nos recenseamentos, com uma densidade média de 300 pessoas / ha para uma área de 10 hectares.

Os dados disponíveis para o Egito permitem considerar que existiriam mais 50 cidades com cerca de 25.000 habitantes cada, com médias de densidade populacional na ordem dos 150 / 270 habitantes por hectare, o que significava que a província possuía 1.75 milhões de

residentes em áreas urbanas, algo que corresponde a uma taxa de 37% da população total, calculada, numa contagem baixa, em 4.75 milhões (Lo Cascio 2009: 97-98). Cabe ainda destacar a exagerada dimensão das cidades do Egito romano, quando comparada com a de outras províncias. Mesmo a população rural vivia em aldeias com superfícies maiores (10 a 60 hectares) do que muitas cidades do Império, onde o índice de densidade seria da ordem de 240 / 260 habitantes / ha.

Sem nos perdermos na controvérsia que anima os historiadores relativamente à elevadíssima taxa de urbanização do Egito romano, que significaria, na prática, uma igualmente elevada taxa de população não agrícola e uma alta eficiência da agricultura (Lo Cascio 1999a; 1999b; Lo Cascio and Melamina 2005; Scheidel 2008: 17-70), poderíamos visitar alguns números referentes à população urbana da Itália no tempo de Augusto, que sugerem igualmente uma altíssima taxa de urbanização da província, a rondar os 40%, se incluirmos a população de Roma, só ela estimada num milhão de habitantes, nos inícios do século II, ou de 25%, se a excluirmos dos cálculo, tendo por base a estimativa de 5,5 milhões para o total da população da província, valorizando a contagem baixa, defendida pela maior parte dos investigadores (Morley 1996; 1997).

Foram vários os autores que apontaram números para as cidades italianas, merecendo destaque o modelo proposto por Neville Morley (1996: 182) que procura construir uma hierarquia de cidades, tendo em conta a dimensão da sua população. Logo abaixo da capital encontra-se um primeiro nível de cidades, representado por Ostia e *Puteoli*, com cerca de 30.000 habitantes, seguindo-se um segundo nível composto por 3 centros regionais maiores, com uma população entre 25.000 / 40.000 (média de 30.000), representados por *Mediolanum*, *Patavium* e Cápua. O terceiro nível seria composto por cerca de 25 centros urbanos, com uma população média entre 5000 / 25.000 habitantes (média 15.000), seguindo-se um quarto e último nível com 400 cidades que possuiriam entre 1000-5000 habitantes cada (média 2000). Considerando Roma, a Itália teria uma população urbana de cerca de 2,325 milhões de residentes urbanos, detendo a capital cerca de 2/3 desse valor.

Trata-se na verdade de índices populacionais excepcionais em termos de padrões de população urbana em sociedades pré industrializadas, que vem alimentando acesa controvérsia entre os historiadores, sobretudo no caso da Itália (Lo Cascio 1994: 1999a; 1999b; Lo Cascio and Malanima 2005; Scheidel 2004b; 2008).

A estimativa dos valores da população urbana tendo por base o estabelecimento de uma hierarquia de cidades, como o aplicado por Neville Morley para a Itália foi ensaiada noutras províncias, designadamente na Hispânia e na Britânia.

No caso da Hispânia merece destaque o estudo de Carreras Monfort (1995-96) que, com base nas áreas conhecidas de cerca de 106 cidades romanas peninsulares, procurou estabelecer uma hierarquia de três níveis para os cerca de 399 centros urbanos referidos por Plínio para as três províncias, estabelecendo diferentes densidades para cada um.

O primeiro nível (centros primários), a que corresponderiam as capitais provinciais e conventuais, integraria um total de 14 cidades. O segundo nível (centros secundários) seria constituído por 92 núcleos urbanos, enquanto o terceiro integraria as restantes 293 cidades, cuja área de desconhece, 93 das quais se calcula que teriam cerca de 10 hectares de área e 200 que não deveriam ultrapassar os 5 hectares. No cálculo das densidades são rejeitados os valores extremos sugeridos para Óstia (390 habitantes / ha) (Packer 1967) e para Pompeia (160 habitantes / ha), defendendo-se os valores estimados para as cidades do Egito (Carreras Monfort 1995-96:101-102). Para o primeiro nível, correspondente às cidades capitais, estabelece-se uma densidade média de 326 habitantes / ha, com base na estimativa realizada para Alexandria (300.000 habitantes / 920 ha). Para as restantes cidades propõe-se um valor da ordem dos 233 habitantes por hectare, com base na densidade média estabelecida para *Hermopolis* no Egito, considerando uma média de 4 pessoas por habitação. Chega-se, assim, a um valor de 1.002.238 habitantes para a totalidade da população urbana da Hispânia, considerada comparável à do Egito (1,75 milhões), o que permite fixar em 24,33% a taxa de urbanização da Hispânia, tendo por base um total de 4.135.102 habitantes para o conjunto da província. Registe-se, todavia, a existência de estimativas da população da Hispânia bastante superiores, na ordem dos 6 / 7 milhões (Salmon 1974), tendo o valor de 6 milhões sido defendido por Corvisier (2000: 81-89) para na época de Augusto, com uma estimativa de crescimento de 10% entre o século I e II, com base nos dados disponíveis para a Europa medieval (Russel 1972: 25-71).

Cabe referir que se ensaiaram igualmente cálculos de densidades urbanas para a *Brittania* romana, tendo em conta a hierarquia dimensional das cidades, no pressuposto de que a densidade será tanto maior quanto menor a extensão dos aglomerados urbanos. Assim, foram estimadas densidades médias de 216 habitantes por hectare para as cidades com cerca de 40 ha, de 180 habitantes para as que possuíam entre 10 e 39 ha e de 130 para cidades inferiores a 9 ha (Marzano 2011).

Estamos perante uma perspetiva de análise que valoriza a hierarquia das cidades em termos de dimensão populacional, que se sustenta em modelos aplicados na análise comparativa das cidades pré modernas da Europa (Russel 1972; De Vries 1984).

O cálculo da dimensão da população urbana, apesar de constituir a prática mais elementar da demografia, depara-se, assim, com várias dificuldades que decorrem da necessidade de calcular as áreas exatas que seriam habitadas nas cidades, bem como o valor a imputar à variável densidade. Dos diferentes ensaios analisados decorre que as estimativas médias da população por hectare se afiguram bastante diversas, ainda que os valores sugeridos se situem quase sempre entre os 100 e os 400 habitantes, com valores mais plausíveis entre os 150-250 pessoas por hectare (Hassan 1981: 88). Trata-se, na verdade, de valores muito pouco precisos na hora de multiplicar esses índices por áreas construídas, tendo em conta que a utilidade do exercício de estimativa da população urbana reside exatamente na avaliação da dimensão da urbanização regional, ou provincial e, sobretudo, na valorização da diversidade demográfica das diferentes cidades do Império.

3.2. Estrutura e composição da população

A estrutura e composição da população urbana, designadamente no que se refere à sua distribuição por grupos de idade, ou sexo são difíceis de avaliar com rigor fora do Egito romano. Na verdade, os recenseamentos representam a informação mais segura para a determinação desses fatores, muito embora possam ser apontadas outras evidências que tem servido para estimar distribuições, como os esqueletos, ou os monumentos funerários, ambos com grandes limitações metodológicas de análise⁶.

Assim, os registos contidos nas listas de recenseamentos do Egito continuam a constituir a única base para vislumbrar a repartição da população no contexto urbano, tanto em termos de sexo como de idade (Bagnall and Frier 1994: 75; 91). As tabelas de distribuição de idades demonstram a existência de 35 mulheres por cada intervalo de 5 anos entre os 0 e os 24 anos, enquanto entre os 55 e os 74 apenas existem apenas 5 por cada intervalo. A distribuição de idades das mulheres egípcias revela-se compatível com as tabelas de vida de Coale e Demeny (1983), sobretudo com a que corresponde ao padrão oeste, nível 2. Já a distribuição de idades dos homens se revela mais incerta, podendo ser, contudo, globalmente compatível com a tabela referente ao padrão oeste, níveis 3 ou 4.

⁶ A evidência osteológica não parece constituir uma fonte segura para estimar distribuições de idades ou sexo das populações (Bocquet-Appel and Masset 1982; Scheidel 2009: 135), muito embora possa oferecer indicadores de inegável importância para o estudo da população antiga, designadamente no âmbito da doença, da nutrição, ou das condições de vida, que abrem novas perspetivas de estudo da sociedade romana. Por sua vez, os epitáfios funerários, considerados por alguns como representativos da estrutura da idade e da distribuição sexual da população romana, têm que ser tratados de forma crítica, uma vez que os comportamentos culturais subjacentes à prática de comemorar os mortos, podem distorcer os dados, quer relativos à distribuição de idades, quer ao sexo (Parkin 1992: 8).

Muito embora os recenseamentos não forneçam diretamente a idade do casamento esta pode ser inferida a partir dos 211 registos que preservam a idade da mãe e dos seus filhos, subtraindo a idade das crianças à da mãe. Sabemos assim que o pico de fertilidade das mulheres se situava entre os 17 e os 30 anos, o que demonstra que as mulheres casavam jovens, normalmente no fim da segunda década de vida (20 anos), enquanto a idade de matrimónio dos homens se situaria entre meados e finais da terceira (25-30) (Bagnall and Frier 1994: 117-118). Na verdade, estamos perante comportamentos similares aos que se conhecem para as sociedades mediterrânicas, em períodos anteriores à revolução industrial, que estimam a idade média de casamento para as mulheres nos 20 anos e para os homens nos 30.

Ainda tendo por base as evidências disponíveis para o Egito verifica-se o predomínio da família extensa, com vários casais por agregado (Bagnall and Frier 1994: 57-74), tendo sido possível estimar que, em *Fayum*, em finais do século III, as famílias possuíam em média 7,34 pessoas e que os agregados familiares eram compostos por cerca de 11,27 indivíduos. Genericamente nas cidades dominavam os agregados baseados na família nuclear, com uma média de 5,3 pessoas, facto que induziu alguns autores a fixarem entre 4 e 5 o número de elementos da família nuclear urbana romana (Hassan 1981; Bagnall and Frier 1994), valor que foi igualmente extrapolado para Roma (Saller and Shaw 1984).

Tendo por base a análise das inscrições de Conimbriga foi recentemente elaborada uma abordagem dos agregados familiares da cidade, estimando-se um número mínimo de 5 pessoas e um máximo de 11, incluindo várias gerações e os elementos servis (Correia 2010: 247). A avaliação do material epigráfico sugere ainda que a população oferece um padrão de rápida sucessão de gerações, num quadro de coresidência plurigeracional, uma vez que 23 dos indivíduos referenciados (60%) são filhos ou netos dos dedicantes, que viveriam ainda, à data da sua morte, na dependência dos pais.

A análise dos dados fornecidos pela epigrafia funerária parece entretanto demonstrar o predomínio da família nuclear, composta por esposos e filhos (Saller e Shaw 1984), cuja dimensão média se assume como naturalmente pequena, na presunção da alta mortalidade infantil que seria característica da sociedade romana. É ainda a epigrafia que nos abre um pouco o véu sobre o mundo oculto das relações familiares, ao documentar a referenciação de grupos de parentesco, na Galécia, Asturias e Cantábria, bem como a existência de estruturas familiares mais extensas que a família tradicional romana, designadamente na Lusitânia e no Norte da Península, algo que parece demonstrar a persistência de traços culturais característicos das formações sociais pré-romanas daquelas regiões (Edmonson 2005).

3.3. *Esperança de vida, mortalidade e fertilidade*

A resposta a uma questão tão simples como o número médio de anos de vida dos habitantes de uma qualquer cidade ou região do Império não se afigura fácil fora do Egito, muito embora se tenham utilizado outras fontes para inferir médias de esperança de vida, entre as quais cabe destacar, como as mais importantes, a chamada “Tabela de vida de Ulpiano”, as inscrições funerárias e os vestígios osteológicos.

A evidência papirológica do Egito, relativa a 21 recenseamentos, realizados ao longo de 300 anos, assinala médias de distribuição de idades que são consistentes com uma esperança de vida à nascença de 20 a 30 anos, correspondente a uma média de 26,60 anos, valor que parece integrável no chamado “modelo ocidental Nível 2”. Esta fonte não é contudo isenta de críticas, havendo quem considere que ela é estatisticamente pouco representativa e que apenas deve ser entendida como um quadro geral.

A chamada “tabela de vida de Ulpiano”, preservada na compilação de leis romanas (Digesto 35. 2.68.), basicamente constituída por uma grelha de cálculo para a fixação do valor da taxa de anuidades, permite inferir níveis de esperança de vida adulta na ordem dos 20 anos, ainda que a validade desta fonte seja questionada por vários os investigadores (Duncan Jones 1990: 98-100; Parkin 1992: 27-41; Saller 1994: 13-15; Scheidel 2001a).

Uma outra fonte escrita conhecida como “Album de Canusium”, que refere as idades em que os membros do conselho da cidade integraram as diferentes magistraturas, permitiu estabelecer uma expectativa de vida à nascença para a classe alta da cidade na ordem dos 32 anos⁷

Os epitáfios dos monumentos funerários têm sido igualmente utilizados para calcular a expectativa de vida, com base numa fórmula simples, em que se divide o número total de anos referidos nas inscrições pelo número de indivíduos assinalado nas mesmas. No entanto, apesar do largo número de estudos que tem valorizado esta fonte, inclusivamente usada com fins estatísticos, ela tem sido fortemente desacreditada na base de que os dados que sugere são distorcidos pelas práticas culturais específicas de cada região, designadamente no que concerne à sub-representação de certos grupos de idade. Apesar do reconhecimento das distorções assinaladas no registo epigráfico, cabe referir alguns valores estimados, designadamente para Roma, com base em 9980 inscrições, que permitiram calcular uma esperança média de vida de 23 anos, ou para África, onde foi apurada uma média de 23,78 anos.

⁷ Trata-se de uma placa de bronze, datada de 223, que contem a lista de 100 elementos que integraram o conselho de uma cidade, que se supõe ser *Canusium*, na Apúlia (Duncan Jones 1990: 93-96),

Reconhecido o problema da sub e sobre representação nos epitáfios de certos grupos de idade extremos tem-se procurado valorizar as idades intermédias entre ao 10 e os 60 anos para calcular médias de idade e taxas de mortalidade. Trata-se de um louvável esforço para utilizar uma fonte com grande potencialidade para se aferir a variabilidade de comportamentos demográficos entre as diferentes partes que compunham o Imperio, muito embora seja hoje assumido que a mesma deve ser usada com cautela pois reflete essencialmente um comportamento comemorativo e não demográfico.

Na Hispânia existem vários estudos realizados com base no material epigráfico,⁸ cabendo destacar os de Garcia Merino (1974; 1975) para a região de Clunia, bem como outros que procuraram estabelecer idades médias de vida, como o elaborado por Garcia e Bellido (1959: 254-258), que estudou 200 inscrições, 100 da Hispânia setentrional e outras 100 da meridional, para chegar aos valores médios de 39 e 40 anos respetivamente. Um outro estudo baseado em 374 epitáfios da Lusitânia permitiu estabelecer médias de idades de morte de 36 anos para os homens e 32 para as mulheres, com o máximo de mortalidade entre os 20 e 30 anos, verificando-se que 17% dos homens superavam os 60 contra 10% de mulheres (Real 1954: 200-202).

Um recente estudo realizado para Conimbriga com base em 35 epígrafes funerárias, permitiu verificar que a moda da idade de morte, ou seja, o intervalo com mais ocorrências, cai entre os 21 e os 30 anos, registando-se, todavia, uma diferença no comportamento entre sexos, com uma percentagem elevada de homens entre os 31 e os 40 anos, enquanto as mulheres parecem morrer com frequência antes dos 20 (Correia 2010: 247).

Genericamente, e tendo por base os resultados obtidos a partir da análise dos papiros do Egipto, os dados da epigrafia e do registo dos esqueletos, bem como comparações com sociedades posteriores, considera-se que a esperança média de vida no mundo romano era baixa, situando-se entre os 20 e 30 anos (Scheidel 2009), situação que não difere de qualquer outra sociedade tradicional, ainda que se possa admitir a existência de uma relativa variação regional, por hora difícil de explicar e valorizar. No entanto, as limitações das várias fontes referidas, bem como as dificuldades inerentes à utilização das tabelas de vida para inferir estrutura da idade da população romana, mesmo usando como modelo ambientes de alta mortalidade de contextos históricos conhecidos, sugerem que o nosso conhecimento sobre a mortalidade no mundo romano, e particularmente nas cidades, nunca progredirá para além de aspetos muito básicos. Entre eles poderá destacar-se uma alta mortalidade infantil nos primeiros anos de vida, da ordem dos 30% e uma alta

⁸ Sobre a evolução dos estudos demográficos em Espanha veja-se a síntese de E. Gozalves-Cravioto (2007: 181-208).

mortalidade entre a infância e a idade de procriar, de cerca de 50% (Scheidel 2007), facto que sugere que a sociedade romana não se afastaria de um perfil típico de mortalidade em que a morte nos primeiros anos de vida seria muito alta, declinando rapidamente, sendo baixa nas crianças mais velhas e nos jovens adultos, aumentando depois progressivamente após os 18 anos.

Nas sociedades tradicionais a uma alta mortalidade corresponde normalmente uma alta fertilidade, como foi sublinhado por Wrigley (1969). No entanto, sabemos pelos censos do Egito que também era praticada a restrição dos nascimentos. De facto, os 211 registos que preservaram a idade da mãe e dos seus filhos, o que permite inferir a idade dos nascimentos, subtraindo a idade da mãe à da criança, mostram que existiam vários anos de intervalo entre os nascimentos, o que deveria resultar de práticas culturais de controlo de fertilidade. Os dados apontam igualmente para uma média de 8,4 nascimentos por mulher casada (Freire 2000: 801), situando-se o pico de fertilidade das mulheres entre os 17 e os 30, momento a partir do qual caía, o que demonstra que as mulheres casavam jovens, normalmente entre meados e finais da segunda década de vida.

No entanto, a fertilidade deverá ter sido variável segundo as regiões e os diferentes regimes de mortalidade local, algo que é difícil de estimar. De facto, como afirmam Bowman e Wilson (2011: 1-14) enquanto as taxas de mortalidade podiam exceder a de nascimentos em momentos de epidemia, ou nas grandes cidades, provocando uma receção populacional, compensada pela migração, deverão ter ocorrido surtos de crescimento da população quanto a fertilidade suplantara a mortalidade. Mas a evidência dos números para comprovar estes processos escapa-nos completamente fora do Egito romano. Os dados disponíveis para esta província não deixam de assinalar algumas tendências que parecem contrariar o modelo de alta mortalidade da sociedade romana, sugerido por vários autores, pois registam um aumento da população entre os inícios do período ptolemaico e meados do século II, com um declínio derivado da peste antonina de 167/168 e uma nova retoma populacional em meados do século III.

3.4. Migração

Os dados censitários do Egito romano estimam que a idade média de migração se situava entre os 15 e os 30 anos (Bagnall and Frier 1994: 160-169), valor que parece adequado ao comportamento migratório de outras populações modernas (Wrigley 1967). Fora do Egito os estudos sobre os fenómenos migratórios têm privilegiado a Itália (Scheidel 2004a) e a cidade de Roma, sobretudo devido à presunção da sua necessidade de imigrantes para suprir os desequilíbrios de crescimento demográfico, mas também por

razões militares e por necessidades de trabalhadores (Morley 1996, 39; 44; 2003). Roma constituiria, assim, um verdadeiro sorvedouro de gentes, sendo suposto que o século III deva corresponder ao pico numérico da migração para a capital, estimando-se que cerca de 5% da população fosse oriunda de diferentes províncias, maioritariamente mediterrânicas. Tendo por base a epigrafia é possível considerar que a imigração masculina era 4 a 5 vezes mais numerosa que a feminina, situando-se maioritariamente entre os 10 e 20 anos, sendo mais frequentemente individual. Contrariamente, o mais importante estudo sobre a mobilidade em Itália (Brunt 1971), tem como conclusão principal a constatação de uma reduzida saída da população itálica para outras províncias, sendo Roma a principal destinatária da migração itálica. Estes dados parecem em parte comprovados pela análise de 243 inscrições da Lusitânia, que regista uma reduzida imigração itálica, bem como de outras regiões do Império, limitada a poucos soldados, bem como pela análise comparativa realizada para as diferentes províncias da Hispânia (Haley 1991: 33), que documentou apenas 27 pessoas imigrantes de Itália e Roma.

De um modo geral os estudos relativos à Hispânia refletem uma reduzida mobilidade extra peninsular, uma escassa onomástica itálica, uma fraca mobilidade interprovincial, situação que leva a considerar uma razoável estabilidade demográfica representada pelo normal crescimento da população hispânica, basicamente de origem indígena. Sem dúvida que o quadro migratório das cidades da Hispânia terá sido bem diferente daquele que parece existir em Roma, ou entre Roma e a Itália.

4. Considerações finais: o contributo da arqueologia

As últimas décadas têm assistido a um renovado interesse pela história económica e social romana, dentro da qual cabe registar a proliferação de estudos centrados na análise da população do Império, os quais procuram dar resposta às questões relacionadas com a caracterização e sustentabilidade demográficas da economia romana. Um importante vetor desses estudos prende-se com a avaliação da elevada taxa de urbanização do mundo romano e do seu significado económico, o qual configura um aceso debate quanto ao modo de quantificar a população das cidades do Império.

Com efeito, a dimensão e distribuição da população constituem aspetos cruciais para compreender o desempenho económico de qualquer sociedade, designadamente no que concerne à capacidade de sustentação da taxa e escala da sua urbanização, por sua vez articulada com os índices da população envolvida em atividades não ligadas à agricultura, a qual teria preferencial assento nas cidades. Urbanização e população parecem assim constituir variáveis fundamentais na avaliação dos sistemas económicos, representando,

presentemente, uma importante vertente de análise no âmbito dos estudos da História Antiga.

Na ausência de recenseamentos para permitir o cálculo da população urbana, fora do Egito romano, têm-se valorizado os dados fornecidos pela epigrafia e, crescentemente, aqueles que são propiciados pela arqueologia.

Admitimos que a arqueologia tem ainda muito para oferecer a um melhor conhecimento da população urbana do Império. De facto, no quadro da investigação arqueológica do mundo romano, constituem práticas estabelecidas classificar cidades, descrever e medir monumentos e edifícios públicos, determinar a superfície dos seus territórios rurais e avaliar as suas capacidades produtivas. Trata-se de estratégias de valorização quantitativa destinadas a aprofundar o estudo dos modos de organização das populações romanas, as quais possuem algum potencial para uma posterior extrapolação demográfica. Mas, enquanto os dados censitários fornecem o valor global das populações, os dados arqueológicos permitem apenas aproximações a modelos relativos à sua distribuição no território. Neste sentido, importa aprofundar as metodologias arqueológicas que permitam a análise e valorização das áreas urbanas e rurais, tendo em vista proceder a aproximações quantitativas da população urbana. Medir as cidades, os seus territórios e as densidades populacionais representam, por isso, três estratégias fundamentais no âmbito do desenvolvimento dos estudos arqueológicos que tenham em vista o estudo da população urbana.

1. Medir as cidades

A fundação de cidades constituiu o investimento mais importante relacionado com a estratégia de integração dos territórios e populações do Império Romano. A sua constituição implicou a concentração de populações em locais privilegiados destinados a facilitar a assimilação dos processos produtivos e de exploração económica, sendo indispensável compreender e quantificar as dinâmicas de cada cidade no seu âmbito específico de atuação. Neste sentido, cada cidade representa um caso de estudo diferente, uma vez que responde a condições ambientais e culturais distintas. Na verdade, as cidades podem e devem ser consideradas como verdadeiros artefactos culturais que têm que ser medidos e avaliados individualmente.

Por isso, os elevados índices de urbanização da sociedade romana não deixam de constituir um desafio, quando pensados em termos globais, ou provinciais, pois mesmo as cidades mais pequenas, com uma população entre os 2000 e os 5000 habitantes, possuíam foros, basílicas, templos, edifícios de espetáculos, mas também, sistemas de abastecimento e

drenagem de água, cuja construção representava um dispêndio de excedentes bastante maior do que o conhecido em qualquer outra sociedade pré-industrial. Neste sentido, o cálculo da população urbana tornou-se uma questão nevrálgica para a análise da economia romana, mas também para estabelecer valores comparativos entre as diferentes regiões do Império, sendo indispensável compreender a diversidade dos padrões de urbanização dos diferentes territórios que constituíram o mundo romano.

Frequentemente os dados arqueológicos permitem medir as superfícies das áreas urbanas e definir a sua qualificação arquitetónica, o que possibilita a hierarquização dos diferentes núcleos urbanos. Para o efeito importa valorizar as áreas públicas urbanas, a distribuição diferencial das atividades e acessibilidades e a variável densidade de ocupação dos seus distintos setores.

A) Edifícios públicos e definição da área central da cidade

Os edifícios públicos e as áreas centrais dos núcleos urbanos representam elementos fundamentais para a valorização da hierarquia das cidades, sendo importante ter em conta que o agregado urbano é pensado como expressão do valor central de um determinado lugar. A sua qualificação, com a construção de foros, termas, teatros e outros equipamentos, permite-nos compreender a posição hierárquica de cada cidade no vasto sistema urbano do Império romano. Dispomos para o efeito de alguns indicadores arqueológicos significativos, como sejam os materiais de prestígio (especialmente mármore de importação), ou as importações procedentes do tráfico internacional. Ambos permitem valorizar a importância relativa de cada cidade, no quadro regional, provincial e imperial.

B) Zonificação da superfície urbana

Nem todas as partes de uma cidade romana desempenhavam o mesmo papel, sendo necessário distinguir os bairros em função das suas atividades e dos índices de densidade construtiva. A topografia, juntamente com os seus acidentes naturais permitem determinar como se organizavam os principais setores urbanos em relação com a área central da cidade. Neste sentido, é fundamental valorizar a dispersão de diferentes tipos de equipamentos produtivos, bem como as produções artesanais produzidas em cada cidade, tendo em vista determinar os pontos focais que articulavam as atividades da cidade com o território.

Por outro lado, o espaço urbano tem que ser valorizado em função da sua acessibilidade. As cidades portuárias, as fluviais, ou ainda as que eram atravessadas por uma via importante, em termos de tráfico de mercadorias, possuem acessibilidades diferenciadas, que permitem

valorizar o seu papel na hierarquia das cidades. Assim, é necessário desenvolver indicadores relacionados com a acessibilidade, que permitam propor modelos de distribuição “esperada” das principais atividades urbanas, facto que implica valorizar os eixos principais do sistema de circulação, quer no âmbito urbano, quer no território, com destaque para as vias principais, vicinais ou privadas. Importa igualmente valorizar os potenciais “locais de carga”, como portos, molhes fluviais, ou mercados: em suma, dimensionar a relação de cada setor urbano com as vias de conexão com o território e com as rotas do tráfico internacional.

C) Avaliação das diferentes densidades de ocupação de cada setor urbano

As superfícies edificadas da cidade têm que ser valorizadas tendo em vista calcular possíveis índices específicos de densidade de ocupação, de acordo com as suas características produtivas ou residenciais. Por outro lado, parece indispensável valorizar as diferentes tipologias residenciais que permitam estimar diferentes densidades de ocupação, importantes na hora de calcular a população global da cidade. Dado que trabalhamos com dados parciais é necessário ensaiar modelos teóricos que tenham em conta as soluções arquitetónicas desenvolvidas em cada contexto urbano.

2. Medir os territórios

Valorizar a população de um território urbano exige compreender a distribuição agrária da população e os modos de organização da produção. No entanto, a nossa compreensão da dimensão quantitativa dos territórios romanos depara-se com o problema da coexistência de sistemas económicos regionalmente bastante diferentes e, por vezes, contraditórios, integrados num único Estado. Por isso, a caracterização arqueológica de cada cidade deverá ter em conta a sua posição no sistema de fluxos que tipificavam a economia romana.

A progressiva expansão do domínio romano, primeiro na Itália e posteriormente nas zonas litorais do Mediterrâneo, exigiu a Roma um importante esforço de adaptação para passar do modelo de uma simples cidade estado, que se autogovernava, para um Império que dominava vários povos e territórios. Foi o pragmatismo dos dirigentes do processo de conquista que conduziu ao desenho de um modelo de intervenção territorial bastante flexível, capaz de se adaptar a variadas situações locais, mas que teve como denominador geral a manutenção da estrutura territorial das regiões integradas no Império. O resultado desta política acabaria por traduzir-se num aglomerado de culturas e modos de vida diferentes, em que coexistiam formas urbanas complexas com povoados e aglomerados

urbanos com estruturas muito diversas. A título de exemplo poderia referir-se apenas que as experiências urbanas dos territórios asiáticos helenizados nada tem de equiparável às cidades romanas que se desenvolvem no Império ocidental.

O mesmo poderia afirmar-se relativamente aos modos de produção. É verdade que o sistema escravagista, nascido em Atenas no século V a.C. foi desenvolvido até às suas últimas consequências em certos territórios romanos, entre os séculos III a.C. e I. d.C. No entanto, se definirmos o sistema escravagista tendo por base a difusão da *villa* rústica de média e grande dimensão, onde a produção era realizada massivamente por mão-de-obra escrava, vemos que a sua difusão ficou limitada no tempo e no espaço a certos territórios concretos, não tendo constituído um modo de produção dominante em todas as regiões do Império. Sabemos que o escravagismo coexistiu com outros sistemas económicos mais arcaicos, com territórios ocupados por povoados agrícolas autossuficientes, ou pequenas granjas agrícolas e com outras formas de dependência que não eram de tipo escravagista. Os servos da gleba, os trabalhadores braçais livres e os “escravos” das cidades, dos templos e santuários, tinham condições de vida dificilmente assimiláveis aos que trabalhavam nas grandes *villae* escravagistas, ou nas explorações mineiras. De facto, a economia romana imperial implicou uma verdadeira estratificação social entre diferentes modos de produção, uns mais arcaicos e outros mais modernos, que coexistiram no sistema global que constituía o Império Romano.

Para abordarmos a demografia do território de uma cidade será necessário ter em conta os modos de produção específicos das regiões em que se implantam, o que determinará diferenças nas densidades de ocupação e nas capacidades de gestão produtiva dos mesmos. Por outro lado, importa valorizar que a distribuição desses diferentes sistemas produtivos reflete as próprias etapas do processo de conquista e a manutenção das realidades produtivas anteriores ao domínio romano, bem como a sua simbiose com novos modelos que possam ter sido importados após a conquista. De facto, tudo leva a crer que o escravagismo se tenha expandido por extensos territórios em que sobreviveram as formas económicas tradicionais.

3. Medir as densidades

A rigorosa cartografia dos territórios pode permitir delimitar áreas homogéneas no que respeita ao desenvolvimento de certas atividades produtivas, sendo, por isso, possível aproximar-nos de uma quantificação da produção de azeite de uma região ou de qualquer outro produto. No entanto, as necessidades de mão-de-obra para gerir o processo completo de produção variam em função do produto. Portanto, os territórios definidos como áreas de produção têm que ser qualificados por índices de densidade.

Estes territórios produtivos fornecem outro elemento importante: a rede de cidades. Para cada território podemos estabelecer um índice de urbanização, marcado pela densidade de núcleos urbanos e pela sua hierarquia. O único indicador que nos pode ajudar a estabelecer o grau de envolvimento da população na atividade terciária é a importância do sistema de serviços que podemos documentar na rede de cidades, indicadores que podem ser aferidos com base na dimensão dos edifícios públicos e na extensão do solo urbano ocupado por edifícios residenciais-produtivos.

Apesar deste tipo de cálculos apenas poder facultar valores médios e não números absolutos, ele pode permitir estabelecer uma base para inferir o peso da população urbana no contexto geral da população, quer das províncias, quer do Império. Por outro lado, o cálculo da população urbana no mundo romano faculta comparações com outras sociedades posteriores, iniciativa que se enquadra no esforço desenvolvido por alguns autores no sentido de colocar o chamado mundo antigo no âmbito do debate relativo à evolução histórica da sociedade europeia. Muito embora o debate se encontre ainda muito polarizado em torno dos dados referentes às províncias mais investigadas, como a Itália ou o Egito, para as quais se dispõe de maior número de dados, julgamos que os avanços da investigação arqueológica das últimas décadas, relativamente ao urbanismo e à arqueologia do povoamento, se irão certamente traduzir numa avaliação mais rigorosa da diversidade dos diferentes contextos provinciais. Diversidade que pode resultar da própria demografia das populações pré-romanas, que constituem a grande base da população do Império, mas também de fatores de sustentabilidade económica que serão específicos dos diversificados contextos ecológicos em que se afirmou o mundo romano. De facto, será difícil admitir que exista uma densidade populacional padrão que seja aplicável a todas as cidades, tal como não podemos estimar para todas as cidades uma dimensão média de área habitada.

Pese embora as dificuldades, o exercício de cálculo da população urbana parece demonstrar que as cidades romanas, mesmo considerando a média mais baixa de 150 / 250 habitantes / hectare, possuiriam uma população superior às das cidades medievais europeias, que não ultrapassariam 100 / 200 habitantes por hectare, sendo bastante raras as que se situariam acima do último valor. Por outro lado, e apesar do diferencial entre as estimativas altas e baixas ser muito significativo, é opinião generalizada que, numa perspetiva comparada, elas revelam o elevado índice de urbanização do mundo romano, verdadeiramente excepcional para uma sociedade pré-industrial, situação que induz a pensar numa grande eficiência da produção agrícola romana necessária para alimentar uma tão extensa população urbana, perfeitamente insuspeita na visão da historiografia tradicional.

Bibliografia

- Alarcão, J. e Etiènne, R. 1977. *Fouilles de Conimbriga I. L'architecture*. M.A.F.P./M.M.C., Paris.
- Bairoch, P. 1989. Urbanization and the findings of two decades of Research, *Journal of European Economic History* 18: 239-290.
- Bagnall, R. S. and Frier, B. W. 1994. *The Demography of Roman Egypt*. Cambridge Univesrity Press, Cambridge.
- Beloch, J. 1886. *Die Bevölkerung der griechisch-römischren Welt*, Leipzig = (1909) *La popolazione del mondo greco-romano*. Milán.
- Bouquet-Appel, J. P. and Masset, C. 1982. Farewell to palaeodemography. *Journal of Human Evolution* 11: 321-33.
- Bowman, A. and Wilson, A. (eds.) 2009. *Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems*. Oxford University Press, Oxford.
- Bowman, A. and Wilson, A. (eds.) 2011. *Settlement, Urbanization and Population*. Oxford University Press, Oxford.
- Bowman, A. and Wilson, A. 2011. Settlement, Population and Urbanization in the Roman Economy, in A. Bowman and A. Wilson (eds), *Settelemnt, Urbanization and Population*, Oxford University Press, Oxford, pp. 1-14.
- Brunt, P. 1971. *Italian Manpower 225b.c.–a.d.14*. Oxford University Press, Oxford.
- Carreras Monfort, C. 1995-1996. A new perspective for the demographic study of Roman Spain, *Revista de Historia da Arte e Arqueologia* 2: 59-82.
- Chamberlain, A. T. 2006. *Demography in Archaeology*, Cambridge Univesrity Press, Cambridge.
- Chandler, T. 1987. *Four thousand years of urban growth: An historical census* (2nd ed). Lewiston e Lampeter.
- Coale, A. J. and Demeny, P. (1983) *Regional model life tables and stable populations*, 2nd ed. New York e London.
- Correia, V. H. 2010. *A Arquitectura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*, Coimbra. Tese de doutoramento. Internet <http://hdl.handle.net/10316/18134>
- Corvisier, J. N. et Suder, W. 2000. *La population de l'Antiquité Classique*. PUF, Paris.
- De Roche, C. D. 1983. Population estimates from settlement areas and number of residences, *Journal of Field Archaeology* 19: 187-192
- De Vries, J. 1984. *European Urbanization 1500–1800*. Methuen and Co., London, Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Duncan-Jones, R. 1977-8. Aqueduct capacity and city populations, *Society for Lybian Studies* 9: 51.
- Duncan-Jones, R. 1990. *Structure and scale in the Roman Economy*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Edmonson, J. 2005. Family Relations in Roman Lusitania: Social Change in a Roman Province?, in M. George (ed.), *The Roman Family in the Empire*, Oxford University Press, Oxford, pp. 183-230.

- Erdkamp, P. 2001. Beyond the Limits of the 'Consumer City': A Model of the Urban and Rural Economy in the Roman World, *Historia* 50: 332-56.
- Février, P. A. 1974. Permanence et héritage de L'Antiquité dans le topographie de villes de l'Occident durant le Haut Moyen Age, in *Topografia urbana e vitta cittadina sull' alto medioevo in Occidente*, Spoleto, pp. 41-184.
- Frier, B. 1999. Roman demography, in D. Poller and D. Mattingly (eds.), *Life, death and entertainment in the Roman Empire*, Ann Arbor, pp. 85-109.
- Frier, B. W. 2000. Demography, in *Cambridge Ancient History*, vol. XI, Cambridge, University Press, Cambridge (2^a ed.), pp. 788-816.
- García y Bellido, A. 1954. El promedio de vida en la España romana, *Archivo Español de Arqueología* 27: 254-258.
- García Merino, C. 1974. *Análisis sobre el estudio de la demografía de la antigüedad y un nuevo método para la época romana*, Studia Archaeologica 26. Valladolid.
- García Merino, C. 1975. *Población y poblamiento en Hispania romana: el Conventus Cluniensis*.Valladolid.
- Garnsey, P. and Saller, R. 1987. *The Roman Empire. Economy, Society and Culture*. University of California Press, Berkeley e Los Angeles.
- Gozales Cravioto, E. 2007. La demografía de la Hispania romana très décadas después, *Historia Antiqua* XXXI, pp.181-208
- Grant M. 1971. *Cities of Vesubius: Pompeii and Herculaneum*. New York.
- Haley E. W. 1989. *Foreigners in Roman Imperial Spain. Investigations of Geographical mobility in the Spanish provinces of the Roman Empire, 30 B.C. - A.D. 284*. Chicago.
- Hassan F. A. 1981. *Demographic archaeology*. Cambridge.
- Hopkins, K. 1966. On the probable age structure of the Roman population, *Population Studies* 20: 245-64.
- Hopkins, K. 1978. *Conquerors and Slaves*. Cambridge.
- I. Wilson (eds.), *Quantifying the Roman Economy: Methods and Problems*, Oxford, pp. 87-106.
- Jongman. W. 2009. Archaeology, Demography and Roman economic growth, A. Bowman and A. Wilson (eds.), *Quantifying the Roman Economy: Methods and Problems*, Oxford, pp. 115–174.
- Keay, S and Earl, G. 2011. Towns and territories in Roman Baetica, in A. Bowman and A. Wilson (eds), *Settlement, Urbanization and Population*, Oxford University Press, Oxford, pp. 276-316.
- Lézine, A. 1969. Sur le population des villes africaines. *Antiquités Africaines* 3: 69-82.
- Lloyd, A. and Lewis, P. R. 1976. Water supply and urban population in Roman Cyrenaica. *Society for Lybian Studies* 8: 35-40.
- Lo Cascio, E. 2009. Urbanisation as a proxy of demographic and economic growth', in A. K. Bowman and A.
- Lo Cascio, E. 1994. La dinamica della popolazione in Italia da Augusto al III secolo, in *L'Italie d'Auguste à Dioclétien*, Roma, pp. 91-125.
- Lo Cascio, E. 1999a. La popolazione dell'Egitto romano, in M. Bellancourt-Valdher and J. N. Corvisier (eds.), *La démographie historique antique. Actes du premier colloque international de démographie historique antique*, Arras, pp. 153-69.

- Lo Cascio, E. 1999b. The population of Roman Italy in town and country, in J. Bintlif and K. Sbonias (eds.), *Reconstructing Past Population Trends in Mediterranean Europe (3000 bc–ad 1800)*. Oxford, pp.161-71.
- Lo Cascio, E. 2009. Urbanization as a Proxy of Demographic and Economic growth, in A. Bowman and A. Wilson (eds.), *Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems*. Oxford University Press, Oxford, pp. 87-106.
- Lo Cascio, E. and Malanima, P. 2005. Cycles and stability: Italian population before the Demographic Transition (225 BC–AD 1900), *Rivista di Storia Economica* 21:197-232.
- Lot, F. 1945. *Recherches sur la population et la superficie des cités remontant à la période gallo-romaine*. Paris.
- Marzano, A. 2011. Rank-Size Analyzes and the Roman Cities of the Iberian Peninsula and Britain: Some considerations, in A. Bowman and A. Wilson (eds.), *Settlement, Urbanization and Population*, Oxford University Press, Oxford, pp. 196-228.
- Millett, M. 1990. *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Mols R. J. 1955. *Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XIV au XVIII siècle*. Louvain.
- Morley, N. 1996. *Metropolis and Hinterland: the city of Rome and the Italian economy, 200bc–ad200*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Morley, N. 1997. Cities in context: urban systems in Roman Italy, in H. Parkins (ed.), *Roman Urbanism: beyond the consumer city*, London and New York, pp. 42-58.
- Morley, N. 2003. Migration and the metropolis, in C. Edwards and G. Woolf (ed.), *Rome the cosmopolis*, Cambridge University Press, pp. 147-57.
- Morley, N. 2006. *Metropolis and hinterland: the city of Rome and the Italian economy 200 B.C. – AD. 200*. Cambridge.
- Morley, N. 2008. Urbanisation and development in Italy in the late Republic, in L. de Ligt and S. Northwood (eds.), *People, Land and Politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy, 300bc–ad14*, Leiden, pp. 121-37.
- Morley, N. 2011. Cities and economic development in the Roman Empire, in A. Bowman and A. Wilson, A (eds.), *Settlement, Urbanization and Population*, Oxford University Press, Oxford, pp. 143-160.
- Naroll, R. 1962. Floor Area and Settlement Population, *American Antiquity* 27: 587-9.
- Noy, D. 2000. *Foreigners at Rome. Citizens and Strangers*. Duckworth, London e Classical Press of Wales, Swansea.
- Packer, J. E. 1967. Housing and population in Imperial Ostia and Rome, *Journal of Roman Studies* 57: 80-95.
- Palol, P. de 1966. La demografía histórica para el mundo antiguo, in *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada a las ciencias históricas*. Universidade de Santiago, pp. 217-224.
- Parkin TG. 1992. *Demography and Roman society*. Baltimore.
- Parkins, H. (ed.)1997. *Roman Urbanism: beyond the consumer city*. Routledge, London and New York.
- Real, M.C. del 1954. Estudio sobre la edad de mortalidad en la Lusitania romana, *Caesaraugusta* 5: 200-202.

- Russell, J.C. 1958. *Late Ancient and Medieval Population*. Philadelphia.
- Russell, J. C. 1972. Population in Europe 500-1500, in C. M. Cipolla (ed.), *The Fontana economic history of Europe 1*. Glasgow, pp. 25-71.
- Saller, R. P. and Shaw, B. 1984. Close-kin marriage in Roman society, *Man* 19: 432-444.
- Salmon, P. 1974. *Population et dépopulation dans l'Empire romain*, Coll. Latomus 137. Bruselas.
- Scheidel, W. 2001a. Progress and problems in Roman demography, in W. Scheidel (ed.), *Debating Roman Demography*. Mnemosyne Supplement 211, E. J. Brill, Boston, pp. 1-81.
- Scheidel, W. 2001b. *Death on the Nile. Disease and the demography of Roman Egypt*, Mnemosyne Supplement 228. E. J. Brill, Leiden.
- Scheidel, W. 2004a. Human mobility in Roman Italy. I: The free population, *Journal of Roman Studies* 94: 1-26.
- Scheidel, W. 2004b. Demographic and economic development in the ancient Mediterranean world, *Journal of Institutional and Theoretical Economics* 160: 743-57.
- Scheidel, W. 2007. Demography, in W. Scheidel, I. Morris, and R. Saller (eds.), *Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*, Cambridge, pp. 38-86.
- Scheidel, W. 2008. Roman population size: the logic of the debate, in L. de Ligt and S. Northwood (eds.), *People, Land and Politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy, 300 bc-ad 14*, Leiden, pp. 17-70.
- Storey, G. R. 1997. The population of ancient Rome, *Antiquity* 71: 966-978.
- Wallace-Hadrill, A. 1994. *Houses and society in Pompeii and Herculaneum*. Princeton University Press, Princeton.
- Whittaker C. R. 1993. *Land, city and trade in the Roman Empire*. Cambridge.
- Wiessner, P. 1974. A Functional Estimator of Population from Floor Area, *American Antiquity* 39: 343-50.
- Wilson, A. 2011. City Sizes and Urbanization, in the Roman Empire, in A. Bowman and A. Wilson, A (eds.), *Settlement, Urbanization and Population*, Oxford University Press, Oxford, pp. 143-160.
- Wiseman TP. 1969. The census in the first century B.C. *Journal of Roman Studies* 59: 59-75.
- Witcher, R. E. 2005. The extended metropolis: urbs, suburbium and population, *Journal of Roman Archaeology* 18: 120-138.
- Wrigley, E. A. (1969) *Population and History*. McGrawHill, Nova York.

